

Autoritarismo e o pacote da segurança pública



» HENRIQUE VIEIRA
Deputado Federal
(PSOL/RJ)

internação. O projeto deslegitima a política antimanicomial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece o tratamento ambulatorial como regra e a internação como exceção.

Um projeto para enfrentar organizações transnacionais criou novos crimes e penas, estabeleceu exceções penais, reorientou a ação das polícias e criou a figura jurídica da associação interfederativa. Tudo sem passar por uma única comissão. Embora a criação de um sistema para lidar com crimes transnacionais, como tráfico de pessoas, órgãos e armas, seja necessária, o projeto foi aprovado sem debate público, sem ouvir especialistas, sem consulta à Polícia Federal e sem acordo com o Ministério da Justiça.

Isso reflete a forma pouco democrática da tramitação na Câmara dos Deputados. O devido processo legislativo exige que os projetos passem pelas comissões do parlamento, garantindo sua elaboração com base em evidências e no debate social, o que não ocorreu no pacote.

Nosso trabalho foi incessante para evitar a liberação de armas para pessoas com inquéritos e condenações por crimes violentos, além de combater a anistia perpétua para quem tem armas ilegais. Atuamos também para que os crimes criados para atingir corporações criminosas internacionais não afetem indígenas e outras populações transfronteiriças.

Asseguramos que nos cadastros de organizações criminosas só constem membros com condenação transitada em julgado, evitando a criminalização por motivos racistas ou discriminatórios. Definimos que o crime de colocar barricadas deve atingir quem altera o local de moradia para criar obstáculos, mas exclui bloqueios temporários em protestos e manifestações. Impedimos que fosse aprovado o

mero reconhecimento fotográfico, garantindo que, no flagrante provado, se exija foto e filmagem ou outros meios comprovados de autoria.

Todo esse trabalho exigiu muita dedicação em dois dias de intensas votações. O atropelo de como tudo foi pautado impediu um processo mais qualificado e democrático em nossa atuação. Mesmo para mandatos comprometidos com o diálogo, esse foi praticamente impossível, visto que as votações eram convocadas em sequência e o tempo de negociação extremamente limitado.

A ideia de que, para conter a violência, são necessárias mais violência, mais armas, mais penas, já sobreviveu tempo demais, e nada mudou. Temos alternativas. Cito algumas: controle do acesso a armas de fogo (elas não são itens de consumo); uso de câmeras corporais nas polícias para sua profissionalização; fortalecimento de canais de denúncia e apoio às vítimas; cumprimento da Política Antimanicomial do CNJ; investigação e punição de crimes violentos (60% dos homicídios não são resolvidos enquanto as cadeias estão superlotadas por crimes não violentos); e fortalecimento das perícias, preservando a cena do crime e garantindo a cadeia de custódia.

Propostas temos. Dados também. Mas é preciso um espaço democrático para o debate e o convencimento da sociedade de que enfrentar o crime exige o respeito à Constituição e uma atuação baseada em evidências. Ninguém quer ser vítima de crime ou ver familiares em perigo e, para isso, é preciso abandonar as soluções fáceis oferecidas pela extrema-direita, que não tem protegido ninguém, e encarar o desafio de resolver nossos conflitos estruturais (racismo e misoginia), além de adotar uma Política Nacional de Segurança Pública que garanta os direitos de todos e todas.

Velhice e saúde da pessoa LGBTQIA+



» HENRIQUE SALMAÇO
Gerontólogo, doutor em
neurociência e cognição,
coordenador do Programa
de Pós-graduação em
Gerontologia da
Universidade Católica de
Brasília

Em dezembro de 2023, no VIII Congresso Internacional de Gerontologia da USP, apresentei a proposta do projeto de pesquisa intitulado Projeto Vivacidade e Envelhecer com Orgulho: oficinas sobre saúde, diversidade e intergeracionalidade a pessoas LGBTQIA+. A ideia era estudar como vive a comunidade LGBT (gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais) a partir dos 60 anos. Então, o palestrante e colega de mesa Luiz Barón, presidente da ONG Eternamente SOU, entidade que trabalha com a população LGBT idosa, me questionou: “Em que mundo você vive? A maioria das pessoas LGBT não alcançam essa idade”.

Como estudioso e pesquisador no campo do envelhecimento, reconheço que, infelizmente, Barón estava certo. Envelhece quem tem oportunidade de acesso a serviços, saúde, cultura e educação. Infelizmente, o envelhecimento, por várias razões, ainda é negado à população LGBT. A expectativa de vida de transsexuais no Brasil é de 35 anos. Nosso país ainda é o que mais mata pessoas trans no mundo, uma a cada 28 horas.

Temos poucas estatísticas sobre a população de lésbicas, gays e bissexuais (LGB). Os censos populacionais, até o ano passado, não dispunham de questões sobre orientação sexual e identidade de gênero, o que aumenta a invisibilidade e limita o acesso a políticas públicas. O Distrito Federal é uma das poucas unidades federativas com dados sociodemográficos disponíveis sobre esse grupo.

Em levantamento conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) em 2022, baseado na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021, observou-se que 3,8% da população brasileira (87.920 moradores com 18 anos ou mais) se identificou como LGBTQIA+. O estudo mostra que essa população é mais jovem do que a não LGBTQIA+. Os jovens entre 18 e 29 anos são 40,8%, frente a 25% na população geral. A média etária das pessoas LGBTQIA+ foi de 36 anos, a mesma das lésbicas.

Com relação às condições de saúde, não há no Brasil estudos epidemiológicos e de saúde suficientemente abrangentes sobre as pessoas maduras e idosas LGBT. Creio que isso seja um retrato de uma tripla invisibilidade: a invisibilidade da academia, que não olha para esse grupo; a da sociedade, que não considera a realidade das pessoas LGBT+ maduras e idosas; e a própria comunidade LGBT, para a qual a ideia de envelhecer parece ser, em muitos casos, evitada.

Apesar da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais ter sido criada em 2011 pelo Ministério da Saúde, os avanços foram modestos com relação à garantia de acesso à saúde integral e igualitária. A pergunta que fica é: “Como garantir um envelhecimento saudável das populações LGBT+ sem dados, sem planejamento e sem a sensibilização social sobre o tema?”.

Infelizmente sem dados, não há como fazer políticas. Talvez, o primeiro passo seja evidenciar essa realidade, mapeando as necessidades das pessoas maduras e idosas LGBT. Com base nos dados, será possível a proposição de serviços compatíveis com as necessidades da população. Iniciativas como a Eternamente SOU, em São Paulo/SP, poderiam ser fomentadas em Brasília, unindo-se ao trabalho já desenvolvido pelos coletivos LGBT do DF, como o Centro LGBT, a Casa Rosa e outros.

Com base na provocação de Luiz Barón, mencionada no início do texto, reduzimos as faixas etárias analisadas no Projeto Vivacidade e Envelhecer com Orgulho. Agora, olhamos para pessoas LGB 50+ e pessoas T 40+, porque essa faixa etária já pode ser considerada idosa no contexto social desses grupos. Buscamos investigar o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida de pessoas idosas LGBTQIA+ residentes em Brasília, São Paulo e João Pessoa, bem como criar espaços de acolhimento, encontro, educação não formal e apoio intergeracional por meio de oficinas para pessoas idosas LGBTQIA+ e de encontros intergeracionais, envolvendo a interação entre pessoas idosas e adultos jovens LGBTQIA+.

A primeira etapa do estudo consiste em responder a dois formulários eletrônicos, cuja duração é de 10 minutos cada. Quem participar terá identidade anonimizada e os dados serão mantidos em sigilo, em linha com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados serão utilizados única e exclusivamente para pesquisa e fomento às políticas públicas. Dessa forma, fica o convite para a população LGBT participar do estudo.



Quem paga essa conta?



» CLARICE FERRAZ
Diretora do Instituto
Ilumina (Instituto de
Desenvolvimento
Estratégico do
Setor Energético)

que certamente não precisam dos mesmos incentivos que lhes foram concedidos quando ainda não eram competitivas. Um contrassenso ambiental e econômico que pesa de forma significativa sobre os consumidores regulados.

Há ainda um desequilíbrio estrutural perverso na forma como esses custos são repartidos. O aumento da inadimplência e os custos crescentes do sistema são indicadores claros de que o modelo atual é insustentável. O peso recai, de maneira desproporcional, sobre os consumidores regulados, um grupo que vem diminuindo diante da aceleração da migração para o mercado livre. Os consumidores do mercado livre negociam diretamente com geradoras e comercializadoras e, além de não pagar bandeira tarifária, são isentos do pagamento de diversos serviços ancilares e ainda recebem descontos custeados pela CDE. Ou seja, os custos do sistema e os encargos são divididos de forma desigual, sobrecarregando aqueles que permanecem no mercado regulado e os estimulando a migrar para o mercado livre e abandonar suas distribuidoras.

Enquanto isso, o Ministério de Minas e Energia não demonstra qualquer reação para equacionar essa situação. Em vez de corrigir a repartição dos custos, o governo tem promovido a migração para o mercado livre, ampliando ainda mais o descompasso. Com isso, a conta recorde de R\$ 40,6 bilhões será paga por um grupo cada vez menor de consumidores, acelerando um ciclo de insustentabilidade.

Outro ponto crucial é o crescimento do sistema

nacional interligado. A expansão acelerada e sem planejamento de fontes variáveis que não fornecem inércia ou reativos e não são despacháveis não está relacionada às necessidades de descarbonização e de modicidade tarifária. São os pequenos consumidores regulados que são quem, de fato, subsidiam esse crescimento em um cenário de excesso de capacidade instalada. Essa distorção reforça a necessidade de se discutir a responsabilidade coletiva em relação ao financiamento do setor elétrico.

Esse debate não pode mais se restringir a um diagnóstico dos problemas. É preciso agir para dirimir os custos relacionados à expansão ineficiente do sistema e redistribuir de forma justa os encargos do sistema elétrico, promovendo equidade entre os mercados livre e regulado. Também é necessário reavaliar os incentivos oferecidos, priorizando investimentos que estejam alinhados com os compromissos ambientais e com a sustentabilidade de longo prazo do setor.

O orçamento recorde da CDE é um alerta. Ele nos obriga a refletir sobre o modelo de financiamento do setor elétrico e a quem ele realmente serve. Não podemos ignorar o risco de perpetuar um sistema que onera de forma desproporcional os consumidores regulados enquanto financia iniciativas que não atendem às necessidades reais da população. A transição energética e a integração nacional exigem um sistema mais justo, transparente e eficiente. Sem isso, continuaremos a alimentar um ciclo de desigualdade e insustentabilidade que compromete não apenas o setor elétrico, mas também o futuro energético do país.

Recente aumento no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que prevê R\$ 40,6 bilhões em subsídios ao setor elétrico para 2025, é sintoma de uma crise mais profunda. O crescimento de 9,2% em relação ao valor de 2024 reflete um sistema que precisa ser urgentemente repensado. Não se trata apenas de um debate sobre custos; trata-se de compreender quem, de fato, está arcando com essa conta e quais são as implicações dessa dinâmica para o setor elétrico e para os consumidores.

Os subsídios custeados pela CDE têm funções importantes. Políticas como o Programa Luz para Todos e os descontos tarifários para consumidores de baixa renda, rurais e irrigantes são essenciais para combater a pobreza energética e promover a integração nacional. Esses mecanismos contribuem para garantir dignidade humana e equidade em um país com enormes desigualdades. No entanto, o problema é que, no mesmo “balaio”, encontramos incentivos ao uso de fontes energéticas como o carvão mineral e estímulos a fazendas eólicas e solares